



INDICADORES DE REVERBERAÇÃO SOCIAL PARA A POLÍTICA PÚBLICA DE UM EQUIPAMENTO DE CULTURA ALIMENTAR¹

José Carlos Lazaro²

Selma Maria Santiago Lima³

Vanessa Moreira dos Santos⁴

-
- 1 Esta pesquisa no escopo do projeto “Cultura, Inovação e Inclusão Social no Ceará”, desenvolvido no Programa Cientista Chefe, política pública do estado do Ceará, parceira da Secult (CE) e FUNCAP (<https://www.funcap.ce.gov.br/cientista-chefe-de-cultura/>), financiada pela FUNCAP.
 - 2 Professor da Universidade Federal do Ceará. Doutor pela Technische Universität Berlin, Estágio Pós-Doutoral em Sociedade e Tecnologia. Pesquisador do Projeto Cientista Chefe da Cultura (FUNCAP/Secult, CE). E-mail: lazaro.ufc@gmail.com
 - 3 Coordenadora da ECult (Escola Livre de Gestão, Produção e Políticas Culturais). Mestre em Gestão Cultural (Universidade de Barcelona), Espec. em Gestão de Produtos e Serviços Culturais (UECE), Conselheira de Políticas Culturais de Fortaleza e do Ceará. E-mail: selma.santi@gmail.com
 - 4 Coordenadora de Cultura Alimentar e Pesquisa da Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco. Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e graduada em Gastronomia. E-mail: cultura.alimentar.egsidb@idm.org.br

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar as práticas de políticas culturais para formação no campo da cultura alimentar, com a compreensão da complexidade de observar e analisar os impactos culturais advindos dessa repercussão, propomos indicadores focados no resultado substantivo sobre os indivíduos que participam de percursos formativos culturais, que chamamos de reverberação social e seus desdobramentos. O desenvolvimento e aplicação de questionários em egressos de cursos profissionalizantes da Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco, equipamento da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, apresentou resultados confirmando a reverberação da intervenção, e a possibilidade de desenvolver indicadores neste sentido.

Palavra-chave: cultura alimentar; indicadores; reverberação social.

ABSTRACT

This paper aims to analyse cultural interventions in the area of food culture. For this, after a discussion on food culture and indicators, we propose indicators focused on the substantive result on the individuals who participate in cultural interventions, which we call social reverberation and its consequences. The application of questionnaires to graduates of the Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco, equipment of the Secretary of Culture of the State of Ceará, presented results confirming the existence of a reverberation, and the possibility of developing indicators in this sense.

Keywords: food culture, cultural indicators, social reverberation.

INTRODUÇÃO

A cultura alimentar assim como outros segmentos culturais devido a seu caráter subjetivo costuma encontrar problemas quanto a sua valorização e fomento através de políticas públicas. Este segmento também sofre com a definição de metas, sobretudo, no nível macroestruturais, no Plano Nacional de Cultura (PNC) (SILVA; ZIVIANI, 2022), havendo uma lacuna de indicadores da percepção de resultado das políticas pela população. Neste artigo, busca-se apresentar alguns indicadores resultantes das propostas de “reverberação social” de uma política de formação em cultura alimentar em um equipamento da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult, CE), no caso a Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco (EGSIDB).

Uma escola de gastronomia vinculada à pasta da cultura possibilita o fomento de uma política de valorização do patrimônio alimentar, a partir de processos formativos que apresentam ofícios, insumos, técnicas, utensílios, saberes e pessoas que fazem parte da cadeia de produção do alimento, incentivando a preservação e a difusão da identidade cultural cearense.

Num processo de envolvimento com a EGSIDB, atravessado pela observação participante no equipamento, propomos dentro de um

eixo de ação do projeto do Cientista Chefe da Cultura a criação de indicadores que são testados em uma amostra de egressos nos cursos profissionalizantes em Gastronomia Social e Cultura Alimentar da EGSIDB

Este artigo inicia com uma breve discussão das definições sobre cultura alimentar, em seguida apresenta as possibilidades de análises de políticas públicas e de indicadores, segue com a proposição de uma categoria de indicadores. Por fim, há a exposição da metodologia e dos resultados obtidos na pesquisa exploratória desenvolvida.

GASTRONOMIA COMO CULTURA: CULTURA ALIMENTAR

A “comida como cultura” – título de um livro referência no assunto – (MONTANARI, 2013) pode ser percebida de diferentes formas no senso comum, sobretudo no que podemos chamar de dimensão antropológica da cultura. (CONTRERAS; GRACIA, 2005; LÉVI-STAUSS, 1968; MINTZ, 2001) Esta aceitação ganhou força no Brasil em 2007, na ratificação da Convenção sobre a Proteção da Diversidade e das Expressões Culturais, da UNESCO (2005), que definiu a ampliação do conceito normativo de cultura. Operacionalmente, a III Conferência Nacional da Cultura, de 2013, foi o ponto de criação do colegiado setorial em cultura alimentar no Conselho de Política Cultural (CAVALCANTE, 2014), que sustentou a Portaria 22 do Ministério da Cultura (de 13/03/2014) que incluiu a cultura alimentar como um segmento cultural que pode receber recursos do Fundo Nacional da Cultura. (DIAS; LUZZI, 2020)

Passando a ser tema de Políticas Públicas, as práticas, ações e intervenções de cultura alimentar enfrentam outro passo que é a tendência pela busca de indicadores para sua efetividade na arena de disputa por fundos públicos. Para tanto, é necessário entender o processo das políticas públicas e sua possibilidade de análise.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E INDICADORES

Na análise política (*policy analysis*) de um segmento da cultura tem-se como um dos caminhos possíveis a análise do “ciclo da política pública”. Esta proposta busca estabelecer etapas ilustrativas com diferentes propostas de diferentes autores. (CAMPOS, 2015; JANNUZZI, 2016)

Conforme Jannuzzi (2016), o ciclo que usualmente tem como ponto de partida a identificação de um problema público e de demanda social, segue com a definição de uma agenda pública (*agenda setting*), da formulação e diagnóstico (de alternativas), a tomada de decisão, do processo de gestão (com seu planejamento, implementação e monitoramento) e finaliza com uma avaliação “somativa” (avaliação dos resultados, impactos, “reverberações” e externalidades do programa). O autor destaca a distinção desta avaliação somativa das “atividades de monitoramento e controle, que podem ser aplicadas em qualquer etapa dos programas” (JANNUZZI, 2016, p. 32), mas, sobretudo, na gestão da implementação.

Assim de certa forma, concomitantemente ao ciclo político, podemos ter um instrumento prático da gestão pública, seguindo um ciclo similar, desde que a questão fundamental seja a gestão de uma “questão pública” a ser tratada através de ações, após a definição das opções de intervenção, buscando um resultado do bem-estar coletivo.

Apesar de uma cultura “quantitativista” passada na transposição da gestão privada para a gestão pública, na literatura de avaliação de programas sociais têm emergido à discussão do uso de triangulação metodológica, com a inclusão de outros métodos qualitativos (como grupos focais, entrevistas) para ter maior proximidade com a realidade e evitar consequências indesejáveis nas ações. (BAMBERGER; TARSILLA; HESSE-BIBER, 2016) Os autores, assim como nosso grupo de pesquisa, têm claro que estratégias de avaliação de uma ação, um programa ou uma política pública, podem ser tanto qualitativas quanto quantitativa, já que é notória a riqueza de informações do

processo de avaliação através de triangulação de estratégias e métodos de avaliação.

Seguindo uma abordagem multiparadigmática – conforme discussões epistemológicas da área de gestão (HASSARD, 1991; PAULA, 2016) – entendemos ser fundamental que qualquer abordagem quantitativa para análise de endereçamentos culturais tenha uma complementaridade com metodologias qualitativas, como, etnografia, grupos focais, onde técnicas observacionais e de registros imagéticos possam aprofundar a análise do fenômeno.

Por outro lado, operacionalmente no atual modelo de gestão pública, onde há competição política por verba, estruturar processos de avaliação e monitoramento do processo de gestão através de indicadores tem se mostrado um caminho necessário. Essa operacionalidade de levantamento de dados torna-se complexa, quanto mais subjetivo o tema e a política, torna mais trabalhoso o processo de definição de indicadores representativos da resposta a uma questão pública.

Para trabalharmos a subjetividade da cultura e seus indicadores temos que resgatar no livro de Paulo Jannuzzi uma definição de indicador social, como:

[...] uma medida, em geral quantitativa, dotada de significado social substantivo, e é usado para aproximar, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato de interesse teórico ou programático, ele aponta, aproxima, traduz em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas com a base em escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. (JANNUZZI, 2017, p. 21, grifo nosso)

Indicadores são baseados em dados. Assim, a etapa inicial do processo de monitoramento (seja da política como um todo, seja do processo de implementação) é a definição de quais dados devem ser tomados para a composição dos indicadores, e quando é este levantamento no processo cíclico.

Na perspectiva de gestão, uma questão que emerge sobre metas e indicadores é a “posição” destes no ciclo administrativo, isto é, usualmente temos indicadores: de entradas (*inputs*); de processo (*throughput*); de saída (*output*) ou de “impacto” (*outcome*) de ação como um todo. Em outros termos, temos indicadores sobre disponibilidade de recursos, de uso e de eficiência deles no processo, assim como de eficácia quanto à meta, e efetividade (política) ou impacto da meta na sociedade.

Para entendermos melhor a “natureza” dos indicadores ou sua posição no processo, precisamos assumir que toda ação, projeto, programa, política ou evento (em qualquer área da gestão ou da política pública) como um processo que demanda diferentes tipos de recursos, é executado numa linha de tempo, usando recurso e ofertando “capacidade” (de infraestrutura ou pessoal) e gera algum resultado imediato nos beneficiários e de impacto ou sociedade

Na discussão sobre indicadores culturais trazida por Silva e Ziviani (2022) a temática tende a ser levada para dados secundários agregados de pesquisas nacionais, com a maioria dos indicadores propostos (p. 86–87) focados no recursos e no processo (capacidade – “quantidade de”), sendo apenas um possível de relacionar como resultado, o item 11 de “Práticas Culturais e uso do tempo livre”, a ser obtido do sistema de “indicadores de *percepção social*” – ainda não relacionado com o PNC.

O quadro proposto por Silva e Ziviani (2022) expõe a dificuldade de termos indicadores de impacto, tendo em vista que os indicadores que podem ser considerados de resultado são indicadores de infraestrutura e mapeamentos culturais.

IMPACTO OU “REVERBERAÇÃO”?

Ao falarmos do impacto de uma política pública, temos duas questões de fundo: como mensurar e sobre o próprio conceito de impacto suficiente para compreender todos os “efeitos” de uma ação, sobretudo em uma área complexa e multidimensional como a cultura.

Assim, a primeira questão crítica dos indicadores de políticas públicas é como medir realmente o que seria impacto na sociedade ou efetividade da política pública, visto que “impactos são efeitos de médio e longo prazos, decorrentes do programa, sobre os que dele participam ou sobre a sociedade regional”. (JANNUZZI, 2016, p. 29) Desta forma, algumas políticas podem ser monitoradas através de dados socioeconômicos levantados por institutos de pesquisa (como IBGE, IPEA, IPECE) – que numa perspectiva macro pode mensurar “impactos socioeconômicos” – no entanto, outras políticas, distribuídas entre ações, por ter um caráter mais difuso e subjetivo, exigem o desenvolvimento de instrumentos dedicados a cada uma dessas. No caso de ações de equipamentos culturais, assim como em ações de Organizações da Sociedade Civil, suas ações locais são difíceis de serem medidas quanto ao seu “impacto”, visto as dificuldades metodológicas conceituais de como medir a adicionalidade e a causalidade da ação frente ao contexto complexo entorno da ação.

Embora possamos ver com finalidade maior das políticas públicas gerar o impacto (na sociedade como um todo), neste ponto, tem-se algo paradoxal que é a dificuldade de isolar e medir um impacto de uma ação. Os modelos mais adequados de medição deveriam levar em conta, medir em dois momentos – antes e depois – e isolar o efeito da ação de outros efeitos paralelos de outras situações contextuais (calcular a adicionalidade). (GERTLER *et al.*, 2016; KHANDKER; KOOLWAL; SAMAD, 2010; LAZZARINI, SÉRGIO *et al.*, 2015; LAZZARINI, SÉRGIO G., 2018; PINTO *et al.*, 2019)

No entanto, mesmo no setor privado, onde há empresas que financiam projetos sociais, essas percebem que devido aos custos e à complexidade, na prática, os modelos de avaliação mais usados são os mais simples, de uma medição ao final da ação. (BRANDÃO; CRUZ; ARIDA, 2014; WHITE; BAMBERGER, 2008)

Uma segunda questão está na reflexão sobre a genealogia da palavra impacto, que induz a interpretação do “objeto” impactado como passivo. Assim como analogias e neologismos são naturais em uma

área em crescimento, cabe uma discussão sobre a terminologia dos indicadores finais em uma avaliação somativa de um programa, ação ou política. Nesta discussão, uma das propostas práticas dos colegas “cientistas da cultura”⁵ é buscar avaliar a “reverberação” das ações, no sentido de como a ação não apenas é “recebida” pelo beneficiário/público da ação (através de um impacto), mas também como esta é “retransmitida” ao seu entorno social provocando transformações (numa reflexão filosófica-sociológica a ser mais ainda trabalhada). Tal termo já se encontra em uso prático na Secretaria de Cultura do Ceará. (FEITOSA, 2022, p. 29)

A proposta de focar em dados subjetivos, como os indicadores de resultados, alinha-se com a ideia de criação de valor social que tem sua raiz na ideia de liberdade e capacidade, que não medem apenas os dados estruturais. (BRAGA; LÁZARO, 2021) Conforme Brand e Ramirez (2022) resgatam de Deleuze, reverberar não é um conceito só “físico/acústico”, nota-se se que “reverberar”, tem sido utilizado em outros textos acadêmicos de outras áreas (DALMORO; PINTO; HERTER, 2021; INOCÊNCIO; SALVI, 2017; KEMPT, 2020), e não acadêmicos com este sentido e analogia, (vide www.institutoreverberar.com.br). Sendo ainda o verbo em língua inglesa já aceito no dicionário Cambridge com o significado não apenas acústico, mas de “ter efeito sobre alguém ou alguma coisa em um lugar ou grupo”. (CAMBRIDGE, 2022)

Devido à própria natureza do conceito de reverberar, isto é, ter efeito, estratégias de avaliação qualitativa, como histórias de vida, etnografias, grupos focais, são esperadas e propostas, no entanto, isso não restringe tentativas de desenvolvimento de questões escalares (quali-quantí), em que se busca captar o significado social substantivo de uma reverberação.

Com uma medida de resultados, reverberar tem aspectos similares à análise de impacto como a possibilidade de identificar/categorizar os resultados reverberados e suas medições, isto é, podemos

.....
5 Ideia seminal dos colegas Alexandre Fleming Câmara Vale e Ernesto Gadelha.

propor pelo menos três tipos de resultados, reverberação “geográfica” (em um lugar), reverberação “econômica/profissional” (percepção pessoal, i. e. alguém) e reverberação “estima-pessoal-social-familiar” (percepção de bem estar causado no seu entorno, i. e. alguém, grupo). Propusemos aqui que uma ação cultural (de formação, fruição ou criação, por exemplo) que visa um “beneficiário” causando uma reverberação geográfica, se propagando para seu entorno, sendo uma possível “semente” reverberante. Ações culturais, certamente geram reverberação pessoal nos indivíduos, e como esperado em medições de impacto econômico, em algumas ações, principalmente de formação, espera-se que os indivíduos melhorem suas condições financeiras e trabalhistas.

Nesta pesquisa, um grupo de especialistas (acadêmicos e empíricos) montou um questionário com essa perspectiva que detalhamos na metodologia.

FORMAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA

Dentre as diversas necessidades de atendimento das políticas públicas de cultura, efetivamente a oferta de ações formativas para que agentes culturais desenvolvam suas potencialidades e, assim, possam colaborar para o pleno desenvolvimento cultural local, é uma das mais relevantes, especialmente se considerarmos as vocações e história local e suas perspectivas de futuro.

Relembramos Gadelha, ao nos apresentar questões que movem as políticas públicas formativas para a cultura, para além dos modelos eurocentristas tradicionalmente ligados às escolas de artes:

Faz-se mister, entre tantas perguntas possíveis, indagar: ensinar o que, para que, a quem e como? Em diálogo com tais questões, podemos formular algumas outras: como tornar as formações mais permeáveis às manifestações culturais emergentes e/ou provenientes de tradições culturais relevantes e historicamente silenciadas? Como levar em conta, na formulação dessas formações,

agentes historicamente excluídos do acesso aos processos decisórios das políticas públicas? Como possibilitar a descentralização das ações de formação, quase sempre concentradas nas capitais? Como favorecer que as instituições de formação sejam atravessadas por perspectivas de pensamento mais pluriepistêmicas e decoloniais? (GADELHA, 2022, p. 14)

Buscando respostas à primeira questão apontada, “ensinar o quê?”, observamos que a EGSIDB encontra na comunidade na qual o equipamento está inserido, o objeto de sua atuação, visto que a natureza de diversos moradores e moradoras é formada por pessoas que lidam com o ato de cozinhar e, ainda por estarem em uma região litorânea de Fortaleza, uma cidade de grande fluxo turístico de praia, consequentemente, com vasta oferta de emprego e trabalho nos bares e restaurantes que atendem na orla marítima.

Nos demais pontos apresentados, a EGSIDB trata de responder, primeiramente, com a utilização do termo “Cultura Alimentar”, indicando conceitos que ampliam a compreensão estrita do termo “Gastronomia” para um sentido antropológico, inserindo-o ao processo do fazer cultural cotidiano e necessário à vida humana, como é o ato de preparar alimentos. Conceito aplicado, junto à necessidade de descentralização das ações, quando observamos a gama de atividades desenvolvidas na instituição e, em especial, nos laboratórios que beneficiam não somente as comunidades da capital, como também, outras regiões do estado, tais como assentamentos rurais e comunidades indígenas.

Mediante a diversidade de ações e questões apontadas por Gadelha (2022), a metodologia necessária à análise dos resultados das ações da escola seguiu pela busca por modelos que revelassem para além dos números e dos dados estatísticos. Assim, propomos modelos e metodologia que buscassem os sentidos mais abrangentes resultantes das ações formativas, conforme descreveremos a seguir.

METODOLOGIA

Como já exposto, devido às limitações conceituais e metodológicas de uma análise de “impacto” (que seria algo em longo prazo, local e buscando-se a adicionalidade) aqui propomos analisar um resultado “final” junto aos beneficiários após um período “curto” focando no “microcosmo” individual, isto é, nas percepções individuais sobre os benefícios para si e seu entorno, o que propomos como “reverberação social”.

Para tal reverberação, por ser baseado nas “percepções” dos beneficiários a metodologia tem um viés qualitativo, porém usamos um questionário com questões em escala (de percepção pessoal) qualitativa, ou seja, busca-se transformar a percepção subjetiva (qualitativa) em um valor de escala Likert (quantitativo). (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 261)

Nesta pesquisa, os autores em conjunto com a equipe da EGSIDB propuseram a construção de questões formando um questionário com múltipla escolha, alternativas categóricas e escalares, sendo deixada uma questão em aberto para os entrevistados colocarem livremente seus comentários.

No Quadro 1, sintetizamos as questões usadas, ligando-as à ideia de tipos de reverberação social, incluindo questões sobre a formação cultural dos cursos.

Quadro 1 – Proposta de Tipos de Reverberação Social

TIPOS DE REVERBERAÇÃO SOCIAL	QUESTÕES	TIPO DE QUESTÃO
Geográfica	Endereço (para geolocalização); Tipo de acesso/meio de transporte usado.	Descritiva Escolha
Econômica/profissional (percepção pessoal).	Situação de trabalho; Cursos antes/ cursos depois; Fonte de renda.	Múltipla escolha

TIPOS DE REVERBERAÇÃO SOCIAL	QUESTÕES	TIPO DE QUESTÃO
Estima-social-familiar (percepção de bem-estar causado no seu entorno).	O curso melhorou a sua autoestima junto a sua família; O curso melhorou a sua autoestima junto a amigos e grupos sociais.	Escala
Sobre o tema.	Cultura alimentar; História da gastronomia.	Escala

Fonte: elaboração do autor (2023).

Objeto/campo/lócus do Estudo

Como objeto de pesquisa, temos um equipamento da Secretaria de Cultura do Ceará que tem como objetivo a cultura alimentar, a Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco (EGSIDB). A EGSIDB foi inaugurada em 29 de junho de 2018, no Morro Santa Terezinha no bairro do Mucuripe. Desde então, oferta laboratórios de criação em cultura alimentar e gastronomia, cursos básicos e cursos profissionalizantes.

Conforme a própria página de internet da EGSIDB (“Cursos Profissionalizantes”, 2022), esses cursos são baseados em uma sequência de percursos formativos em panificação, confeitaria ou em fundamentos da cozinha (auxiliar de cozinha) com a duração de 240h, usualmente em três meses. Um elemento chave de tais percursos é a discussão sobre cultura alimentar cearense, e ao final do percurso são formadas equipes que junto aos professores desenvolvem um produto ou receita com ingredientes locais/regionais. Como exemplo de produtos culturais desenvolvidos nos percursos, podemos citar alguns da turma 2022.2: *Hambúrguer Jangadeiro* (hambúrguer de tilápia no pão brioche de batata e maionese de alho com cajuína e pimentinha de cheiro); *Casquinha Nordestina* (casquinha de caju com recheio de carneiro e purê cítrico); ou *Cajoff* (torta de farinha de castanha compota de caju e chantilly de leite de castanha), entre outros.

O PROCESSO DE APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Num trabalho conjunto com a EGSIDB, a aplicação contou com pleno apoio da equipe gestora da EGSIDB. O grupo de pesquisa definiu como população a ser aplicada os alunos de formação “profissional” em gastronomia, que são cursos de 240 horas. Entendemos que a ideia de um resultado de “reverberação” exige um tempo de “maturação” do processo. Assim buscou-se aplicar em egressos há mais de um ano, e devido à excepcionalidade criada pela Pandemia COVID-19 e as aulas remotas, tentou-se acessar os egressos dos anos anteriores, focando-se nas turmas dos semestres 2018.2, 2019.1e 2019.2.

O questionário desenvolvido foi passado para um formulário eletrônico (Google Forms) e enviado para grupos de alunos em redes sociais (WhatsApp), no final de junho de 2022. A gestão pedagógica da EGSIDB, além dos dados de inscrição mantém grupos de redes sociais para cada turma com adesão e permanência espontânea. Tanto na inscrição quanto no formulário há um termo de consentimento de uso desses dados para fins de pesquisa acadêmica (sempre anonimizados).

RESULTADOS E ANÁLISE DA REVERBERAÇÃO

Tivemos o retorno de 146 questionários válidos dos egressos, distribuídos nos três tipos de cursos profissionalizantes. A média de idade foi de 27,7 anos, com 75% dos respondentes menores de 30 anos (i.e. jovens). Total 65,7 % se declarou mulher cis; 33% homem, e uma mulher trans. Como nos estudos estatísticos iniciais foram testados se haveria diferença de resultados por turma, ano e sexo, e não houve diferença significativa entre os grupos (considerando $p=0,01$), optamos aqui então manter uma análise exploratória descritiva das principais questões propostas.

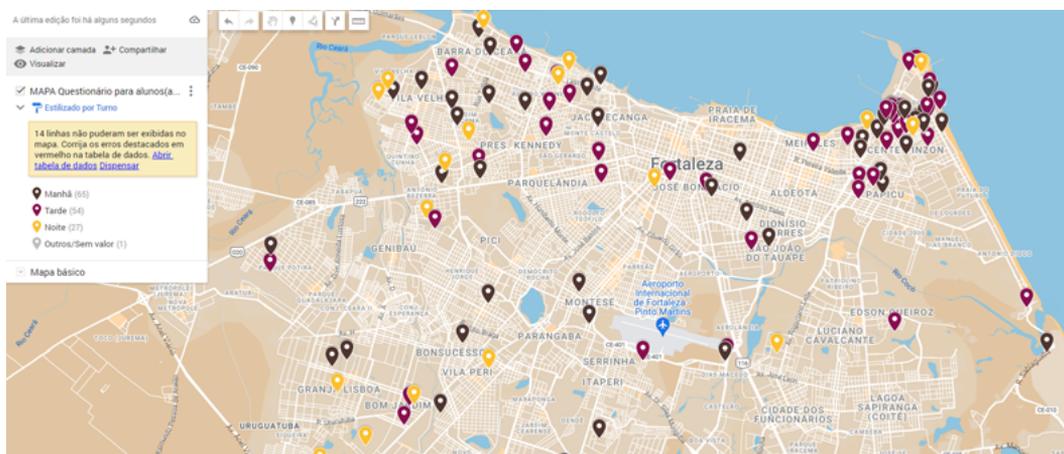
Notam-se algumas características do grupo, sobretudo, geográfica e econômica relacionadas ao próprio processo seletivo, isto é, ao perfil focado na política da escola (pública, profissionalizante), de inclusão social.

AMPLITUDE DA REVERBERAÇÃO GEOGRÁFICA DA AÇÃO

O primeiro indicador que propomos analisar é o de reverberação geográfica, visto que a EGSIDB encontra-se no limite dos bairros Vicente Pinzon e Cais do Porto (chamado de Grande Mucuripe) com IDH-B-2010 baixo (0,331) e muito baixo (0,223)⁶ respectivamente (“Desenvolvimento urbano, por bairro, em Fortaleza”, 2014), e ao focar em pessoas de baixa renda, espera-se uma concentração de moradores locais, mesmo que o equipamento tenha editais abertos a toda população.

Na Figura 1 temos a distribuição dos respondentes concentrada na região do “Grande Mucuripe” (direita superior do mapa), no entanto, percebemos alunos de quase todos os bairros de Fortaleza, podendo ser identificado agrupamentos nos bairros Barra do Ceará/Pirambú e Bom Jardim/Granja Lisboa (todos os bairros de “IDB-Municipal” muito baixo, i.e. menor que 0,300).

Figura 1 – Distribuição de respondentes em Fortaleza

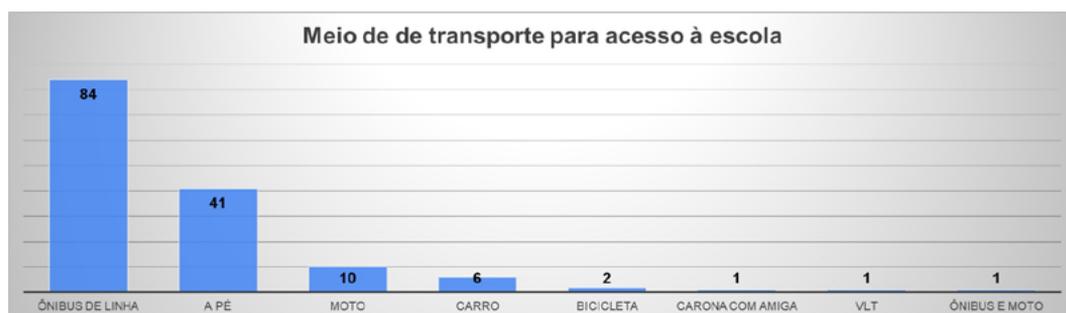


Fonte: Mymaps, Google (2022).

- 6 O IDH-B, isto é, por bairro, é uma proposta derivada do IDH e IDH-M, considerando as dimensões renda, educação e longevidade usando dados de 2010.

Outra questão proposta para checar a reverberação geográfica/econômica foi a identificação de meio de transporte de acesso. A Figura 2 confirma a tendência de interação com a comunidade local vindo a pé e ônibus de linha.

Figura 2 – Meio de transporte para acesso à escola



Fonte: dados da pesquisa (2022).

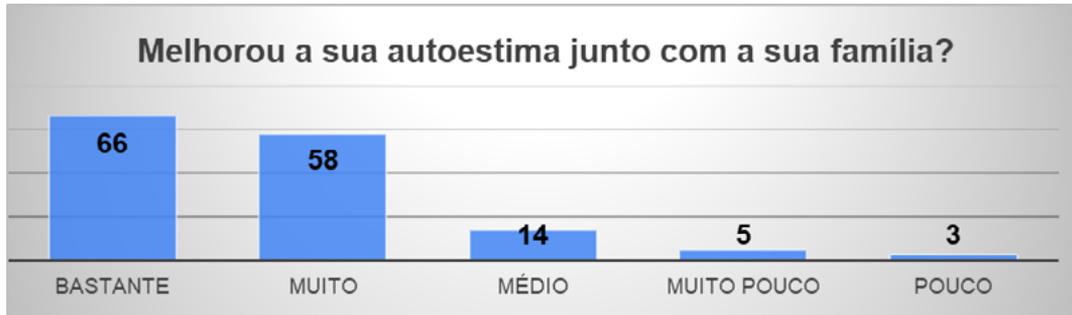
A reverberação geográfica apresenta resultados que destacam o peso local da EGSIDB nas comunidades próximas, e ao mesmo tempo, sua capilaridade em Fortaleza, confirmando resultados das políticas da EGSIDB. Ressalta-se que, conceitualmente, a localização poderia ser um indicador usual “de processo”, isto é, o número de alunos por bairros IDH-B de baixo/muito baixo. Podemos assim pensar neste como o “potencial de reverberação social-geográfica”.

REVERBERAÇÃO DA ESTIMA PESSOAL-SOCIAL-FAMILIAR

A ideia central na discussão sobre “reverberação” e sua diferenciação do conceito de impacto é a percepção pessoal subjetiva. Nesta linha, foram elaboradas questões sobre a percepção dos egressos sob a melhora de sua autoestima sempre relativo às pessoas do seu entorno, isto é, família, amigos e grupos sociais. Nessas questões de intensidade, propõem-se um tipo “Escala Likert” com cinco opções de atributo (bastante, muito, médio, pouco, muito pouco).

Quanto a “melhora da autoestima frente à família” cerca de 85% dos respondentes declararam uma melhora de “bastante” ou “muito” desta autoestima (Figura 3).

Figura 3 – Melhora da autoestima frente à família



Fonte: dados da pesquisa (2022).

A alta taxa de respondentes desta questão é um indício que a política pública de formação em cultura alimentar está “reverberando” junto a família dos egressos, isto é, a formação teve um resultado no indivíduo e seu entorno, percebido (mesmo) após um período de três a quatro anos.

Na Figura 4, temos o resultado da análise da percepção de autoestima juntos aos amigos e grupos sociais. Novamente, cerca de 81% dos egressos tiveram uma percepção de que sua autoestima nesses grupos tinha melhorado em “muito” ou “bastante”, com leve aumento de outras percepções não tão positivas.

Figura 4 – Melhora da autoestima junto aos amigos e grupos sociais



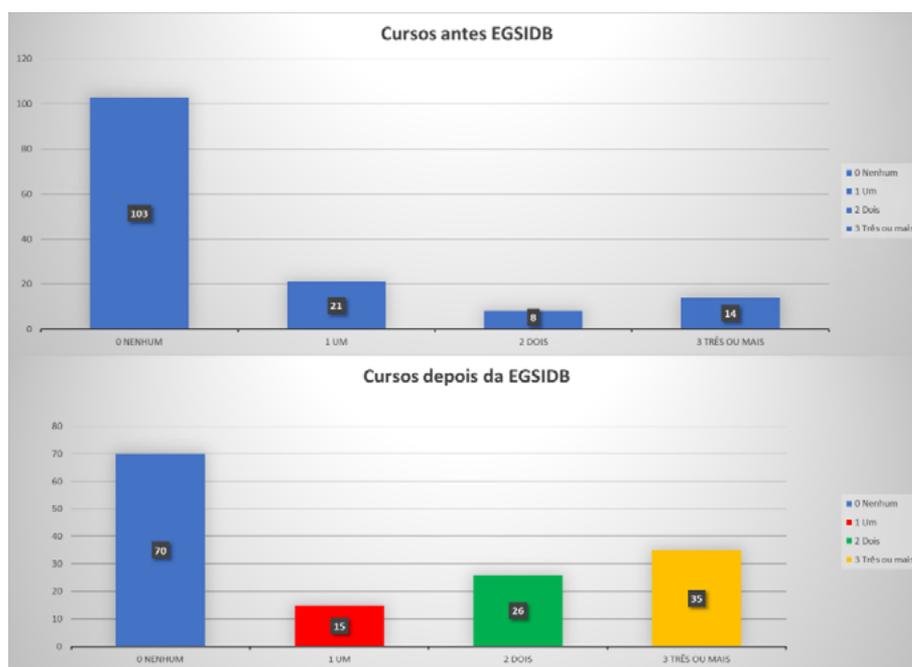
Fonte: dados da pesquisa (2022).

Apesar de uma pequena diferença entre a percepção na autoestima junto aos amigos e grupos em relação à autoestima junto à família, podemos notar que em ambos os grupos há o que propomos chamar reverberação social do processo de formação cultural.

Outro efeito que acreditávamos poder estar acontecendo é uma reverberação de “inclusão” ou “reinclusão” no campo de formação profissional. Como parâmetro perguntamos sobre a participação em cursos (profissionalizantes) na área de gastronomia pelos egressos antes de realizar o curso na escola e após a sua saída da escola.

A Figura 5 apresenta um quadro inicial em que 103 dos respondentes (70%) não tinham feito nenhum curso, após este primeiro curso, no interstício de quase três anos, apenas 70 (47%) não fizeram nenhum outro curso. Tal resultado indica algum efeito dos cursos sobre parte dos egressos, mas claramente entendemos a dificuldade de propor uma causalidade direta visto que há razões centrais para tal aumento, como a própria oportunidade ou não de novos cursos. Assim este indicador deve ser sempre olhado com atenção e agregado com outros indicadores.

Figura 5 – Envolvimento no campo com mais cursos – antes/depois



Fonte: dados da pesquisa (2022).

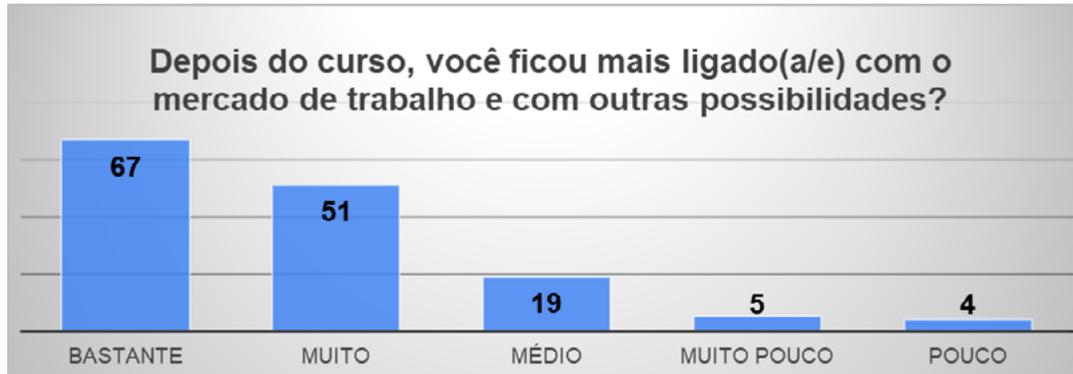
Como proposta exploratória de novos indicadores substantivos de resultados, esses mostram fortes indícios que a política cultural de formação em gastronomia tem algum efeito em boa parte dos indivíduos, uma reverberação social da ação.

REVERBERAÇÃO ECONÔMICA OU PROFISSIONAL

Um tipo de efeito esperado por políticas de formação é uma reverberação econômica ou profissional, isto é, a formação altera a perspectiva profissional. Neste sentido, o questionário tem duas questões, uma subjetiva escalar/ordinária da percepção sobre a “ligação com o mercado de trabalho” (buscando uma terminologia mais simples) e outra comparativa entre a situação profissional após a atual. Quanto à percepção sobre estar mais ligado ao mercado de trabalho após o curso usou-se a escala de percepção de intensidade

novamente. Então, novamente uma grande maioria (81%) percebeu-se bastante (46%) ou muito (35%) mais ligado ao mercado de trabalho após o curso (Figura 6).

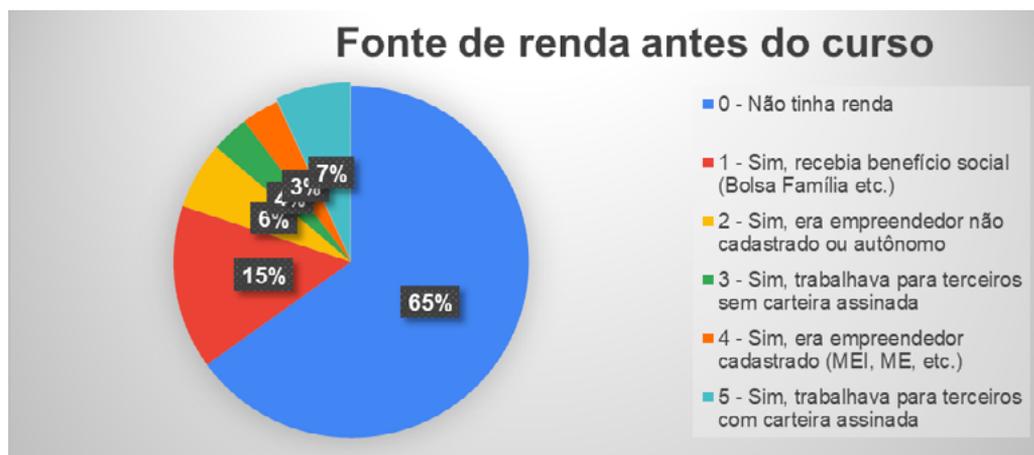
Figura 6 – Percepção de ligação com o mercado de trabalho após o curso



Fonte: dados da pesquisa (2022).

Como elemento final para análise de reverberação social na perspectiva econômica ou profissional, propusemos uma análise sobre a fonte de renda dos egressos antes do curso e atualmente. Embora a situação de trabalho seja subjetiva ao ponto de dificultar uma qualificação escalar, ao olharmos a fonte de renda nas duas situações (Figuras 7 e 8) podemos perceber uma “melhora” na fonte de renda. Num extremo, enquanto anteriormente 80% dos respondentes não tinham fonte de renda ou recebiam benefício social, em 2022 a soma desses dois grupos se limitava a 29%. No grupo com melhores condições, que tinha “carteira assinada” ou se consideravam empreendedores, eram 10% antes do curso, chegando a 42% quando responderam o questionário.

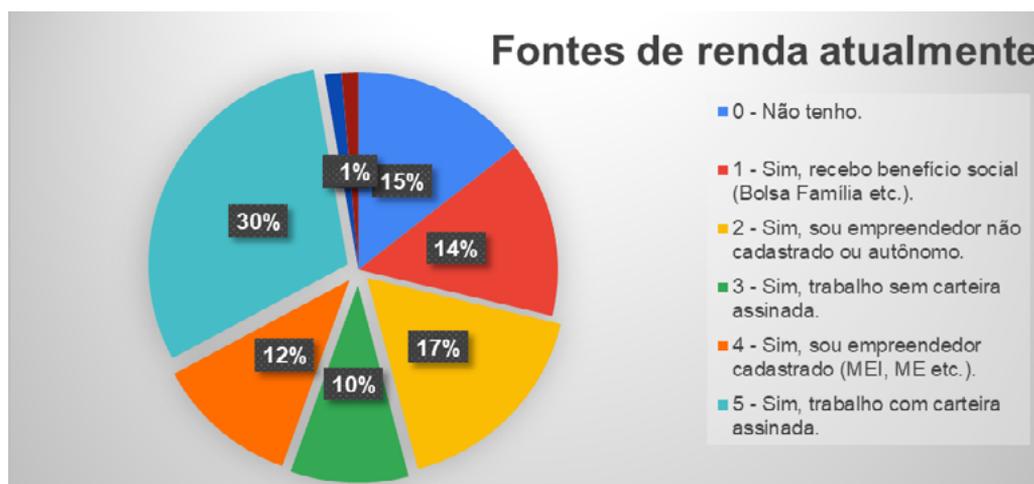
Figura 7 – Fonte de renda antes do curso



Fonte: dados da pesquisa (2022).

Nota-se ainda, nas fontes de renda antes do curso, um percentual de trabalhos informais (sem cadastro ou carteira) somando 10%. Atualmente, os trabalhadores informais somam 31% dos respondentes, o que no campo da alimentação não costuma ser uma anomalia, visto as oportunidades diversas de renda.

Figura 8 – Fontes de renda atual



Fonte: dados da pesquisa (2022).

Novamente temos indícios de uma reverberação nos egressos no campo econômico e profissional. Aqui reforça-se a abordagem diversa de um cálculo econômico de valor de renda (em reais) – e a dificuldade de propor uma causalidade. A percepção de liberdades e capacidades por parte do indivíduo em situações econômica de baixa renda pode ser um sinal mais positivo que o valor de renda em si, pois acreditamos que mesmo com uma diferença de renda baixa, a “inclusão” no mundo formal ou informal de trabalho reverbera na autoestima contribuindo para um impacto local (a ser medido em longo prazo).

REVERBERAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE CULTURA ALIMENTAR

Na perspectiva “conteudista” sobre o aspecto de formação e difusão cultural, forma proposta sobre duas questões: uma sobre o quão importante os egressos percebem a cultura alimentar e a intensidade percebida do desenvolvimento de conhecimentos sobre gastronomia local.

Praticamente todos os egressos consideram o tema cultura alimentar como “importante” ou “muito importante” (apenas um respondeu como medianamente importante) – Figura 9.

Figura 9 – Importância da cultura alimentar



Fonte: dados da pesquisa (2022).

Praticamente todos os respondentes colocaram que consideram a cultura alimentar muito importante ou importante. Mesmo que este resultado possa ter um viés, é um ótimo resultado.

Figura 10 – Desenvolvimento de conhecimento sobre gastronomia



Fonte: dados da pesquisa (2022).

Quanto à intensidade de desenvolvimento de seus conhecimentos sobre a história da gastronomia, cerca de 80% perceberam “bastante” ou “muito” o desenvolvimento deste conhecimento.

Com estes indicadores, podemos afirmar que a EGSIDB tem cumprido seu papel de equipamento cultural, e podemos ver o papel de uma escola de gastronomia social e cultura alimentar com equipamento cultural.

CONCLUSÕES

Temos claro que o estudo tem um caráter exploratório, isto é, metodologicamente está aberto a melhorias e ajustes, ao mesmo tempo em que já pode ser apresentado como um dos possíveis efeitos de uma intervenção.

Neste trabalho propusemos duas contribuições centrais: uma, ajudar a consolidação e a discussão de cultura alimentar como um campo das políticas culturais; outra, propormos possibilidades de indicadores substantivos relacionados aos indivíduos e seu contexto de

intervenções culturais, aos quais propomos chamar de indicadores de reverberação.

A avaliação da reverberação dos cursos profissionalizantes de cultura alimentar da EGSIDB mostrou que tal política está tendo efeitos substantivos nos egressos.

A proposta de indicadores de reverberação é seminal e acreditamos que possa ser desenvolvida para diferentes campos da cultura com algumas especificidades. Uma atenção conceitual clara é que este indicador não é uma avaliação de final de curso e sim, deve-se esperar um certo tempo (aqui entre dois e três anos) para aplicá-la aos egressos, mas acreditamos que é possível perceber o efeito em um tempo menor, em menos de um ano, sendo passível de testes. Neste ponto, entra uma questão metodológica organizacional, o equipamento ou gestor da ação deve manter dados de contato, os participantes da intervenção cultural. Também sabemos que processos de formação mais longos (como cursos profissionalizantes) não só podem ter mais reverberação, como também permitem uma coleta de dados mais fácil com consentimento dos participantes.

Como sugestão de trabalhos complementares a este, tem-se diferentes linhas, desde propor a análise da reverberação de outros cursos de formação cultural até testar a possibilidade de reverberação de ações mais curtas ou pontuais, como por exemplo, buscar levantar as percepções do público que participou de um evento ou mostra artística.

REFERÊNCIAS

BAMBERGER, M.; TARSILLA, M.; HESSE-BIBER, S. Why so many “rigorous” evaluations fail to identify unintended consequences of development programs: How mixed methods can contribute. *Evaluation and Program Planning*, v. 55, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.evalprogplan.2016.01.001>. Acesso em: 28 jan. 2023

BRAGA, C. S. C.; LAZARO, J. C. Abordagem das Capacidades como meio para Mensuração da Criação de Valor Social. *Anais do EnANPAD2021*, Porto Alegre, RS: ANPAD, 2021.

BRAND, A. M. C.; RAMÍREZ, C. M. J. Reverberar: Arte y Acontecimiento. *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*, v. 1, n. 43, 2022.

BRANDÃO, D.; CRUZ, C.; ARIDA, A. L. *Métricas em negócios de impacto social: Fundamentos*. São Paulo: [s. n.], 2014.

CAMBRIDGE Dictionary. *Reverberate verb (effect)*. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/reverberate>. Acesso em: 28 jan. 2023.

CAMPOS, F. *Políticas públicas e Poder Legislativo*. Belo Horizonte: [s. n.], 2015.

CAVALCANTE, L. L. *Gastronomia como manifestação cultural: breve panorama das políticas públicas de cultura para gastronomia*. Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste. IHACPMS–UFBA/Fundação Joaquim Nabuco/ MINC. Cultura 2014. UFBA/MINC/FJN, 2014.

CONTRERAS, J.; GRACIA, M. *Alimentacion y cultura: perspectivas antropológicas*. Barcelona: Editorial Ariel, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jesus-Contreras-14/publication/332190746_Alimentacion_y_cultura_Perspectivas_antropologicas/links/5ea189aaa6fdcc88fc36921e/Alimentacion-y-cultura-Perspectivas-antropologicas.pdf. Acesso em: 28 jan. 2023

DALMORO, M.; PINTO, D. C.; HERTER, M. M. Airbnb Performativity: Touristic Experience Reverberation on Social System. 2021, online: ANPAD, 2021. Disponível em: <http://anpad.com.br/uploads/articles/110/approved/ed3d2c21991e3bef5e069713af9fa6ca.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023

DIAS, J.; LUZZI, A. Cultura alimentar nas políticas culturais do Brasil. *Le monde diplomatique Brasil*, 30 nov. 2020. Disponível em: https://diplomatique.org.br/cultura-alimentar-nas-politicas-culturais-do-brasil/#_ftnl. Acesso em:

FEITOSA, C. *Progama Cultura em Rede*. Fortaleza: [s. n.], 2022.

FLORIANÓPOLIS (SC). *Desenvolvimento Urbano, por Bairro, em Fortaleza*. Prefeitura Municipal de Florianópolis/SDE. Fortaleza: [s. n.], 2014.

- GADELHA, E. Prefácio. In: GADELHA, E.; BARBALHO, A. (org.). *Formação artística e políticas públicas: temas e abordagens contemporâneas*. Fortaleza: EDUECE, 2022.
- GASTRONOMIA social. *Cursos Profissionalizantes*. Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco. Disponível em: <https://gastronomiasocial.org.br/cursos-profissionalizantes/>. Acesso em: 28 jan. 2023
- GERTLER, P. J. *et al. Impact Evaluation in Practice, Second Edition*. [S. l: s. n.], 2016.
- HASSARD, J. Multiple Paradigms and Organizational Analysis: a case study. *Organization Studies*, v. 12, n. 2, 1991.
- INOCÊNCIO, A. F; SALVI, R. F. O reverberar da crise ambiental: uma análise arqueológica dos discursos de professores de ciências. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 23, n. 3, jul. 2017.
- JANNUZZI, P. de M. *Indicadores Sociais no Brasil*. Campinas, SP: Alínea, 2017.
- JANNUZZI, P. de M. *Monitoramento e avaliação de programas sociais*. Uma introdução aos conceitos e técnicas, 6. ed., Campinas, SP: Ed. Alínea, 2016.
- KEMPT, H. Social Reverberations BT – Chatbots and the Domestication of AI: A Relational Approach. In: KEMPT, H. (org.). *Cham*: Springer International Publishing, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-56290-8_6. Acesso em: 28 jan. 2023
- KHANDKER, S. R.; KOOLWAL, G. B.; SAMAD, H. A. *Handbook on Impact Evaluation*. Washington D. C.: The World Bank, 2010.
- LAZZARINI, S. *et al.* Guia para a Avaliação de Impacto Socioambiental para Utilização em Investimento de Impacto. *TAC – Tecnologias de Administração e Contabilidade*, v. 5, n. 2, 2015.
- LAZZARINI, S. G. The measurement of social impact and opportunities for research in business administration. *RAUSP Management Journal*, v. 53, n. 1, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.rauspm.2017.12.010>. Acesso em: 28 jan. 2023
- LÉVI-STAUSS, C. O triângulo Culinário. *Lévi-Strauss*. São Paulo: L'arc Documentos, 1968.
- MINTZ, S. W. Comida e antropologia: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 47, 2001.

MONTANARI, M. *Comida como cultura*. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2013.

PAULA, A. P. P. Para além dos paradigmas nos estudos organizacionais: o círculo das matrizes epistemológicas. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 14, n. 1, 2016.

PINTO, M. M. *et al.* Como escolher a melhor metodologia para avaliar o impacto social da sua iniciativa? *Revista Tecnologia e Sociedade*, v. 15, n. 35, 2019.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. el P. B. *Metodologia de Pesquisa*. 5. ed., Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, F. A. B. da; ZIVIANI, P. Indicadores de acompanhamento e monitoramento de políticas públicas de cultura. *Revista Trilhos*, v. 3, n. 1, 2022.

WHITE, H.; BAMBERGER, M. Introduction: impact evaluation in official development agencies. *IDS Bulletin*, v. 39, n. 1, 2008.